



escola de **gestores**
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO NA REORGANIZAÇÃO
DA PRÁTICA PEDAGÓGICA**

MARILENE CAITANO REIS ALMEIDA SOARES

BELO HORIZONTE, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO NA REORGANIZAÇÃO
DA PRÁTICA PEDAGÓGICA**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Denise França Stehling do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2013

Marilene Caitano Reis Almeida Soares

**A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO NA REORGANIZAÇÃO
DA PRÁTICA PEDAGÓGICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em _____ de outubro de dois mil e treze, como requisito necessário para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Profa. Denise França Stehling (orientadora) – UFMG

Prof. UFMG

Marilene Caitano Reis Almeida Soares

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu esposo Marden e à minha filha Amandyni.

Mãe, pai... tudo que sou devo aos seus ensinamentos...

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Pai do Céu que permite a minha busca por conhecimento em todas suas formas.

Agradeço também a todos que contribuíram para mais um avanço na minha carreira como educadora.

“O homem é o único animal que se avalia.”

Nietzche

RESUMO

Neste trabalho faz-se a proposição de uma análise crítica do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz – situada em Rubim/MG, destacando a importância da avaliação para a reorganização da prática pedagógica. Objetiva-se compreender a prática avaliativa como instrumento norteador do processo ensino e aprendizagem, analisando-se o papel da avaliação no contexto escolar e como forma de contribuição para a melhoria da práxis e consequentemente da aprendizagem dos alunos. Faz-se a análise com fundamentação teórica baseando-se em obras de autores especialistas na temática. Tece a discussão buscando uma reflexão sobre avaliação como instrumento que possibilita a reorganização da prática pedagógica numa visão de gestão democrática. Por fim, nas considerações finais observa-se que os resultados devem servir como ponto inicial para novas metodologias de ensino a serem construídas, e posteriormente executadas.

Palavra-chave: Avaliação, Aprendizagem, Prática Pedagógica, Reorganização.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1. A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO NA REORGANIZAÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA	10
1.1. Caracterização da escola	10
1.2. Avaliação na escola expressa no PPP.....	10
CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
REFERÊNCIAS	17
ANEXO	19
Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz	

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, a escola vem tentando modificar-se, visando buscar a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem. Mas como o processo educativo é muito abrangente, nessa busca, muitos são os temas abordados pelos pensadores, pedagogos e demais profissionais da área de educação. No geral, os educadores têm enfatizado mais à questão da avaliação, pois é uma ação que faz interferência direta no processo educativo.

Os educadores já entenderam que se faz necessário a busca de nova significação para a educação. Entenderam que se faz necessário também, superar as concepções tradicionalistas da práxis pedagógica. Compreenderam que precisam deixar de lado práticas conteudistas, disciplinares, descontextualizadas, burocráticas, tecnicistas e reducionistas da pedagogia tradicional, para construir uma nova visão de escola.

Na prática avaliativa deve-se fazer uso de recursos diversificados, participativos, democráticos, relevantes, significativos e rigorosamente construídos, com observância para o porquê avaliar, o quê avaliar, quem avaliar e as consequências geradas pelo processo de avaliação.

Para Hoffman (1999, p. 102), a avaliação importa para uma educação libertadora desde que seu papel não seja o de apresentar verdades autoritárias, mas investigar, problematizar e, principalmente ampliar perspectivas.

A avaliação deve ser uma das etapas mais importantes dentre os processos escolares, pois é através dela que se obtém os dados necessários para a análise da qualidade do serviço educacional prestado pela escola. Dessa forma, a escola Coronel Melvino Ferraz define em no seu Projeto Político Pedagógico como deve ser concebida a prática avaliativa daqueles que estão sob sua égide, tendo sempre a avaliação como norteadora do trabalho do professor, possibilitando intervenções para que o aluno supere as dificuldades de aprendizagem, como ponto de partida para reflexão e reorganização da prática pedagógica.

De acordo com a Proposta Político Pedagógica de 2013 da referida escola : “a avaliação é um instrumento de melhoria da educação à medida que ela identifica dificuldades e avanços para a partir daí, organizar as ações que darão aos alunos a oportunidade de, progredir nos estudos reafirmando o compromisso de ensinar cada vez mais e melhor”. (PPP, 2013, p.24).

Considerando-se tais pressupostos, neste trabalho faz-se a proposição de uma análise crítica sobre a contribuição da avaliação para a reorganização da prática pedagógica do professor e em que medida ela também contribui no direcionamento do trabalho pedagógico realizado pelo gestor.

De maneira geral, objetiva-se compreender a prática avaliativa como instrumento norteador do processo ensino e aprendizagem. Especificamente, analisar o papel da avaliação no contexto escolar e identificar de que forma a avaliação pode ser usada para contribuir para a aprendizagem dos alunos.

Para concretizar o que aqui é proposto, realizou-se a análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz e uma pesquisa bibliográfica, que se fundamentou teoricamente na literatura registrada em obras impressas, em obras de formato eletrônico, disponibilizadas na base de dados *Google Acadêmico*, Portal do MEC e plataforma virtual do curso de especialização em gestão escolar da UFMG.

1. A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO NA REORGANIZAÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Compreendendo-se que a avaliação tem importância de grande significado para a reorganização da prática pedagógica, busca-se analisar criticamente o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz, relacionando o papel da avaliação e a organização/reorganização do trabalho pedagógico com as práticas avaliativas dos professores. Para tanto, inicia-se fazendo uma breve caracterização da referida escola.

1.1. Caracterização da escola

A Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz, integrante da rede municipal de ensino, da cidade de Rubim - MG foi fundada no ano de 1966 através do decreto de Lei nº 8178, de 22 de fevereiro de 1965 e municipalizada em 1998. É pertencente à jurisdição da Superintendência Regional de Ensino de Almenara - MG, da qual recebe orientações e, tem como mantenedora a Secretaria Municipal de Educação de Rubim. A escola atende os alunos nos turnos matutino e vespertino nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. Atualmente, atende alunos em regime regular e em tempo integral. De maneira geral, os alunos ali atendidos são em sua maioria oriundos das áreas periféricas da cidade, mas com representantes da zona rural.

1.2. Avaliação na escola expressa no PPP

Através daquilo que está expresso no seu Projeto Político Pedagógico, a Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz busca articular o processo da construção do conhecimento, a partir das atividades propostas nas diversas disciplinas de forma interdisciplinar. De acordo com este documento: “a avaliação é um instrumento de melhoria da educação à medida que ela identifica dificuldades e avanços para, a partir daí, organizar as ações que darão aos alunos a oportunidade de, progredir nos estudos reafirmando o compromisso de ensinar cada vez mais e melhor.” (PPP, 2013, p.24)

Para iniciar a discussão segue-se dando uma definição para a avaliação segundo os autores pesquisados. A avaliação, no pensamento de Sant'Anna (2002, p. 32) é um processo pelo qual se procura identificar, aferir, investigar e analisar as modificações do comportamento e rendimento do aluno, do educador, do sistema, confirmando se a construção do conhecimento se processou, seja este teórico (mental) ou prático.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (BRASIL, 1997, p. 81), a avaliação está definida como um conjunto de atuações com a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica). Segundo esse documento, ela deve acontecer:

contínua e sistematicamente por meio da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelo aluno. É instrumento que procura conhecer o quanto o aluno se aproxima ou não da expectativa de aprendizagem que o professor tem em determinados momentos da escolaridade, em função da intervenção pedagógica realizada (BRASIL,1997, p. 81).

Sabe-se que a avaliação é um assunto muito amplo e complexo, que está em constante discussão. E que há necessidade de ter uma compreensão mais definida do porquê avaliar, o quê avaliar, quem avaliar e as consequências geradas por um processo de avaliação.

Para Luckesi (2004, p. 04), avaliar significa subsidiar a construção do melhor resultado possível e não pura e simplesmente aprovar ou reprovar alguma coisa.

Sobre esse tema, avaliação, a Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz propõe estimular e acompanhar a avaliação global do aluno, criando possibilidades de verificação permanente do desempenho deste em relação aos objetivos do seu currículo. Nesse sentido, o Ministério da Educação (2004) no caderno 4 do programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares expressa que a avaliação deve ser compreendida como “processo” do qual se dá a aprendizagem, revelado nas condições da escola e na ação do professor.

Sem dúvida que a avaliação deve ser processual, contínua, participativa, diagnóstica e investigativa, de forma que as informações ali expressas propiciem o redimensionamento da ação pedagógica e educativa, reorganizando as próximas ações do educando, da turma, do educador, do coletivo e mesmo na escola no sentido de avançar no entendimento e desenvolvimento do processo de aprendizagem (PEREIRA, 2012, p. 152)

A Escola Coronel Melvino Ferraz propõe uma prática de avaliação contínua e processual, buscando garantir os meios necessários para o desenvolvimento e a recuperação do aluno em todos os níveis da educação básica, porém o que se observa nas ações cotidianas e que se constata através dos resultados das avaliações externas PROEB- Programa de Avaliação da Educação Básica do ano de 2012 é que um número significativo de alunos avaliados não demonstraram a proficiência recomendada. Alguma ação precisa ser revista ou reavaliada para que os resultados sejam mais eficientes.

Busarello (2004, p.8) ressalta que, para se ter uma avaliação efetiva é necessário que aconteça durante todo o processo, nas relações dinâmicas da sala de aula que orientam as tomadas de decisões subsequentes referentes ao conteúdo, à metodologia e estratégias, para que todos consigam sozinhos buscar a informação e transformá-la em conhecimento.

Entretanto, compreende-se que não existe o instrumento de avaliação perfeito, como muitos querem fazer crer (ESTEBAN, 2003, p.126), afinal provas e testes podem apenas coletar informações que subsidiam a ação avaliativa e não um fim em si mesmo. O que se pretende é que nesta escola professores, especialistas e gestor reflitam profundamente sobre a maneira como o processo avaliativo ocorre em seu interior, e mais ainda, se este processo é positivo para garantir que o aluno continue avançando em sua aprendizagem.

Se a Escola Cel. Melvino Ferraz, através do seu Projeto Pedagógico, considera a avaliação como um instrumento de melhoria da educação, essa ação dá aos alunos a oportunidade de progredir nos estudos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais destacam que a avaliação subsidia o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre a sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos, que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo individual ou de todo grupo.

Isso será refletido para o aluno como um instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para reorganização de seu investimento na tarefa de aprender; para a escola, possibilita definir prioridades e localizar quais aspectos das ações educacionais demandam maior apoio (BRASIL,1997 p. 81).

Conforme está relatado no PPP, dessa escola, a avaliação é algo que deve

ocorrer constantemente no cotidiano da escola, propondo que o professor avalie o aluno de várias formas não utilizando somente avaliações escritas. Mas que também sejam avaliadas as atitudes, as formas de interpretação, o caminho percorrido para concluir algo. Propõe que tudo seja criteriosamente analisado na verificação dos avanços do processo de ensino e aprendizagem, dando a avaliação um caráter intencional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu Artigo 24º, Capítulo II, inciso V estabelece que a verificação do rendimento escolar deve observar os seguintes critérios: avaliação contínua do desempenho do aluno com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, assim como dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; possibilidade de avanço nos cursos e nas séries, mediante verificação da aprendizagem; aproveitamento dos estudos concluídos com êxito; obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos (BRASIL, 2010, p. 24).

Analisando a escola, observo que ela usa instrumentos e situações de avaliações variados como escritos, orais, trabalhos, provas, pesquisas individuais, em duplas ou em grupos. Determinam ainda que todas as atividades de ensino podem ser utilizadas para avaliar e que os resultados das avaliações devem ser expressos em relatórios, constituindo uma referência para o aluno e para sua família sobre o que o mesmo já consolidou e o que ainda deverá ser consolidado.

Vale lembrar que, em se tratando de avaliação não se pode exigir que todos os alunos desenvolvam as mesmas habilidades cognitivas a partir dos mesmos conteúdos e dentro do mesmo período de tempo. Assim, em sua proposta pedagógica, a escola considera também o ritmo, o tempo, a maneira de aprender que são próprios de cada um e, enfatizando que é necessário que o processo de avaliação distinga as diferenças que se apresenta em classe e dê provimentos ao professor com informações que lhe permitam também, conhecer as necessidades dos alunos e progressos já alcançados.

No PPP da Escola está destacado que os resultados da avaliação interna realizada pela escola e os resultados das avaliações PROEB/SIMAVE, PROALFA e PAAE devem ser considerados, para elaboração do Plano de Intervenção Pedagógica (PIP), conforme dispõe a Resolução SEE 2197/2012. Os resultados

dessas avaliações são usados para direcionar um replanejar das ações avaliativas no interior da escola.

Seguindo essa ideia, Souza (2005, p.1), discorre que o objetivo da avaliação é de fato identificar em que medida os resultados alcançados estão próximos ou distantes dos objetivos propostos e, se possível, descobrir as razões dessa proximidade ou distanciamento, para permitir que o novo planejamento a ser realizado possa resolver os problemas com mais precisão.

Assim, a escola propõe buscar práticas avaliativas democráticas, coletivas e dialogadas entre gestão, especialistas e professores. E nessa perspectiva busca as bases para a reorganização do que se pretende ensinar, procurando conhecer o que os alunos sabem, o quanto sabem e se estão distante ou perto dos objetivos educacionais propostos no seu Projeto Político Pedagógico.

A escola também ressalta no seu PPP que, aqueles alunos que por ventura não conseguirem atingir o nível recomendável nas avaliações, deverão receber atendimento através de intervenção pedagógica, onde se criará novas oportunidades de aprendizagem, possibilitando prosseguimento nos estudos. Nesse sentido, Perrenoud (1999, p. 53) afirma: “avalia-se para agir.”

E corroborando com essa linha de pensamento, Hernández (1998, p. 95) salienta que a avaliação, implica para os professores, uma tarefa de ajuste constante entre o processo de ensino e o de aprendizagem, para se ir adequando a evolução dos alunos e para estabelecer novas pautas de atuação em relação às evidências sobre sua aprendizagem.

Já Souza (2005), afirma que a avaliação da aprendizagem fornece informações muito preciosas sobre o que acontece na prática pedagógica e deve ter apenas uma razão de ser: identificar o perfil da aprendizagem dos alunos e mostrar as razões do porquê estão ou não aprendendo, de sorte que se possam rever os planejamentos e metodologias de ensino e a própria prática avaliativa.

Aqui, a proposta é refletir sobre como a Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz lida com essa temática e de que forma a avaliação tem sido utilizada como instrumento de questionamento para uma instituição de ensino que trabalha para alcançar a qualidade e a eficiência deve ser uma constante no cotidiano dessa escola. Ainda que tenha sido expresso no Projeto Político Pedagógico da referida escola que a avaliação colabora no sentido de alcançar melhoria na qualidade de ensino que ali oferecem, o que se observa é que boa parte dos professores,

infelizmente, ainda não tem uma visão definida sobre o papel da avaliação para o desenvolvimento do aluno e não tem a avaliação como ponto de partida para modificar a prática.

A avaliação na Escola Coronel Melvino Ferraz, ainda é vista por alguns professores como instrumento de medição do saber, avaliação do aluno, sem relação com o trabalho docente. Isso tem determinado o fracasso da instituição em sua função social de ensinar, já que a concepção de avaliação como instrumento de análise sobre o que foi aprendido pelo aluno e o que deve ser “ensinado” pelo professor ainda não tem uma relação consistente.

Apesar dos esforços empreendidos por parte do gestor e dos especialistas atuais da instituição em trabalhar insistentemente e sistematicamente para uma mudança significativa nesse sentido, percebe-se que os avanços demonstrados ainda são tímidos, afinal uma mudança nessa dimensão pressupõe aumento do trabalho que necessitará de reflexões e reajustes na prática e nem sempre o professor está disposto a isso.

Outra questão que merece ser compreendida é que o papel do gestor é de liderar e despertar para o novo, mas a mudança de fato, só existe quando conceitos são apropriados e internalizados e isso deve partir do querer de cada um e não como algo imposto, que se faz apenas para cumprir uma obrigação. Assim, compreende-se que, mais importante que o produto é o processo de mudança.

A gestão da escola entende a avaliação como um processo mediador em que os resultados obtidos devem servir de subsídio para que todos reflitam sobre o trabalho educacional. Como afirma Hoffmann (1999, p.18), a avaliação é a “[...] reflexão permanente do educador sobre sua realidade, e acompanhamento do educando, na sua trajetória de construção do conhecimento”.

Na gestão da escola há a compreensão de que avaliar a aprendizagem dos alunos é avaliar também toda a escola, pois nenhum gestor faz gerenciamento de forma isolada e sim, de forma coletiva e democrática, onde a responsabilidade é de todos. E nesse sentido busca modificações, propondo e compartilhando a ideia de que é através do processo avaliativo que se estabelecem as estratégias de melhoria no ensino oferecido pela escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação escolar está ligada a vários condicionantes que implicam em consequências que determinam se o aluno avançou ou não. Essa é uma prática que deve ocupar lugar central no processo de ensino e aprendizagem e no fazer pedagógico. Ela deve servir, a partir de uma reflexão, como ponto de partida para a reorganização da práxis.

No seu Projeto Político Pedagógico, a Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz tem uma visão bem clara da importância da avaliação para o processo ensino e aprendizagem e faz proposições conforme está determinado pelas orientações oficiais e pela linha de pensamento de pensadores educacionais.

Compreendeu-se que a avaliação ocupa lugar importante no PPP daquela Escola, o que não quer dizer que toda ação pedagógica está centrada no aluno. Não basta só ter uma visão clara do significado da avaliação, o mais importante é que a prática desenvolvida ali consolide uma avaliação idealizada, planejada com a participação do gestor, do especialista, dos professores, ou seja, aquela vista pelo prisma da gestão democrática e que coloca os resultados como ponto inicial para novas metodologias de ensino a serem executadas.

Após o desenvolvimento desse trabalho, ficou evidente que a avaliação nunca deve ser um fim por si só. Não pode ser usada como arma contra o aluno, para aprovar ou reprovar, premiar ou punir, julgar e selecionar, centrada em notas ou conceitos. Para tanto, percebeu-se que é muito importante também o papel do gestor, que deve fazer valer de forma coletiva, aquilo que está expresso no PPP da escola, que deve encaminhar os professores para a prática reflexiva da avaliação, pois esta deve ter objetivos e critérios definidos e que sejam levados ao conhecimento dos alunos, possibilitando uma auto avaliação por parte deles e consequentemente um novo processo para aprender.

Espero ter contribuído para uma reflexão sobre o papel da avaliação e, como o tema é de extrema relevância para os educadores e este trabalho limitou-se a analisar o PPP relacionando com a importância da avaliação para a reorganização da prática pedagógica, fica o convite para novos estudos que busquem apresentar outros aspectos da prática avaliativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acessado em 05 de agosto de 2013.

_____. **LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. 5ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados. Edições Câmara, 2010. 60 p.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação básica. **Conselho Escolar e a aprendizagem na escola**. Elaboração Ignez Porto Navarro et al. Brasília: MEC/SEB, 2004, p. 38-40.

BUSARELLO, Sandra Regina Maiola. **Avaliação da aprendizagem: uma perspectiva de mudança da prática**. Associação Educacional Leonardo da Vinci. ICPG - Instituto Catarinense de Pós-Graduação. 2004. Disponível em: <<http://www.fag.edu.professores/anderson/Psicopedagogia%202013/Exer%EDcios%20e%a%20de%2028-05/avalia%E7%E3o%20da%20aprendizagem02.pdf>>. Acessado em 08 de agosto de 2013.

ESTEBAN, M. T. **Escola, currículo e avaliação**. São Paulo: Cortez, 2003. Série cultura , memória e currículo, v.5.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho**. Trad. Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Art Med, 1998.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: Mito & Desafio – uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Ed. Mediação, 1999.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Considerações gerais sobre avaliação no cotidiano escolar**. Entrevista concedida à Aprender a Fazer. Impressão Pedagógica, nº 36, 2004, pp. 4-6 Editora Gráfica Expoente. Curitiba-PR. Disponível em: <<http://www.luckesi.com.br/artigosavaliacao.htm>>. Acessado em 04 de setembro de 2013.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE nº 2197, de 26 de outubro de 2012**. Secretaria de Estado da Educação do Estado de Minas Gerais.

PEREIRA, Maria Susley. **Currículo, avaliação e trabalho pedagógico: um olhar tridimensional sobre a escola organizada em ciclos**. Espaço do Currículo, v. 4, n.2, p. 149-161, Setembro de 2011 a março de 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec>>. Acessado em 16 de setembro de 2013.

_____. **A avaliação das aprendizagens e a escola em ciclos: o que muda na prática docente?** In: XVI ENDIPE- Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino. UNICAMP, 2012.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SOUZA, Ângelo Ricardo [et al.]. **Avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e gestão escolar: a síntese necessária**. In: Gestão e avaliação da educação escolar. Universidade Federal do Paraná. Pró-Reitoria de Graduação Profissionalizantes, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: Ed. da UFPR, 2005, pp. 17-22. 42 p.

ANEXO: Projeto Político Pedagógico



escola de gestores
da educação básica

ESCOLA MUNICIPAL CORONEL MELVINO FERRAZ

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

MARIA SILMA GOMES DA SILVA
MARILENE CAITANO REIS ALMEIDA SOARES
ROSINAN CAIRES PEREIRA
SÉRGIO PEREIRA ANDRADE

RUBIM, 2013



ESCOLA MUNICIPAL CORONEL MELVINO FERRAZ

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Denise França Stehling do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

RUBIM, 2013



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	03
1. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO	05
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	07
2.1. Estrutura Organizacional Administrativa	08
2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica	11
3. CURRÍCULO	13
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	18
5. PROCESSOS DE DECISÃO	20
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	21
7. AVALIAÇÃO	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	28

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz, integrante da rede municipal de ensino, está localizada à Rua dos Guaranis, 310, no Bairro Guaraná na cidade de Rubim, Minas Gerais.

Fundada em 08 de março de 1966 e ofertando inicialmente o ensino de 1ª a 4ª série, através do decreto de Lei nº 8178, de 22 de fevereiro de 1965 a Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz que recebeu este nome como forma de homenagear um ilustre morador do município, passou atender seus primeiros alunos.

Pela portaria do Diário Oficial de Minas Gerais de 20 de janeiro de 1966, foi autorizado o seu funcionamento como instituição escolar. Em 1998 foi municipalizada, tendo em vista o disposto na Constituição Federal sobre a divisão das responsabilidades educacionais com os municípios.

Sob a jurisdição da Superintendência Regional de Ensino de Almenara da qual recebe orientações para funcionamento devido à rede municipal não possuir sistema próprio, e tendo a Secretaria Municipal de Educação (SME) de Rubim como entidade mantenedora, a Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz presta serviços educacionais nos turnos matutino e vespertino nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. Atualmente, atende novecentos e quarenta alunos em regime regular, sendo que, cento e cinquenta desses permanecem na escola em tempo integral. Para atender a esse público a escola conta com dezessete professores nos anos iniciais, quinze nos anos finais, quatro especialistas, um diretor pedagógico, dois auxiliares de secretaria, duas bibliotecárias, dois professores eventuais, dois vice-diretores e dezoito serviços. Os alunos que permanecem em tempo integral contam com um coordenador e dez monitores de apoio às oficinas.

Os alunos atendidos são, em sua maioria, oriundos das áreas periféricas da cidade, filhos de pequenos comerciantes, funcionários públicos das redes estaduais e municipais, pequenos agricultores. A maioria das famílias tira o seu sustento do mercado de trabalho informal, fato que se constata pela falta de oportunidades de empregos fixos na cidade e pelo alto índice de analfabetismo.

Assim sendo, a escola procura minimizar essa carência oferecendo dentro de suas possibilidades o acesso dos alunos a apresentações artísticas; danças,

músicas, esportes, gincanas culturais, rua de lazer; dinâmicas motivacionais, projetos interdisciplinares, palestras, festas regionais, passeios, Programa Saúde na Escola; Educação em Tempo Integral, tudo isso dentro de uma perspectiva inovadora e, sobretudo de uma escola que mesmo diante de dificuldades procura ser inclusiva.

Parte do alunado é adjacente do campo, tendo o transporte disponibilizado pela SME para a sua locomoção de casa para a escola, porém, no período chuvoso há interrupções no transporte por falta de pavimentação nas vias do campo, comprometendo assim a frequência dos alunos e, conseqüentemente, sua aprendizagem.

Desde 2012, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde a escola aderiu ao Programa Saúde na Escola, desenvolvendo o mesmo com a comunidade escolar com o objetivo de sanar alguns problemas básicos de saúde existentes como obesidade infantil, desnutrição, cárie dental, deficiência visual e auditiva. Quando um destes problemas é identificado, a escola por meio dos profissionais da saúde que trabalham no programa encaminha o respectivo aluno para tratamentos mais específicos.

Diante do exposto, fica claro que o papel de liderança do gestor torna-se cada vez mais complexo à medida que ele assume o seu papel de articulador principal do processo de construção da Proposta Político Pedagógica, que segundo Azevedo (2010), é o documento que dá sentido ao trabalho escolar, bem como mostra o papel da escola e dos professores na construção de uma educação de qualidade social.

Sabe-se ainda que há muito o que ser feito para que a cada ano, ao ser revisado, o Projeto Político Pedagógico assuma seu real significado que se pauta no princípio democrático de participação, pois a participação dos pais e da comunidade é pouco significativa em termos numéricos, mas aqueles que se dispõem a participar o fazem com muito empenho por compreenderem, que as mudanças só ocorrerão com a participação de todos aqueles que utilizam a escola não somente como um local onde se aprende a ler e a escrever, mas um lugar especial em que os seus filhos estão aprendendo a serem participativos, críticos e mais preparados para os desafios da vida em sociedade.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico se deu de forma tranquila com a participação de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, porém a

participação das famílias dos alunos foi bem tímida. Levando-se em consideração o quantitativo de 960 alunos a participação dos pais poderia ter sido mais consistente, quando compareceram apenas 200 pais, porém os que se dispuseram a ir deram contribuições muito valiosas.

Portanto este documento representa a alma da Escola, pois quando se pensa em democratização da gestão do ensino depara-se com a necessidade de ampliar os espaços de diálogo onde todos, famílias, alunos, cidadãos da comunidade e servidores possam sugerir e propor, não ficando apenas resumido à participação de pequenos grupos que representam a coletividade.

1 – FINALIDADES DA ESCOLA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) em seu artigo 2º, página 01, define que a Educação Básica tem por finalidade “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. É claro para todos, que a lei sozinha não encerra em si a possibilidade de mudar uma realidade, mas quando se esforça em conjunto: pais, comunidade e demais servidores da instituição, estabelece-se referenciais para uma ação transformadora.

A Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz tem como missão desenvolver mecanismos para melhorar a formação do alunado, desenvolvendo competências para criticar, participar e enfrentar a sociedade em que vive, preparando-os para o exercício da cidadania, oferecendo um ensino de qualidade, atendendo as especificidades de cada aluno e necessidades regionais num processo que se desenvolve “nos diversos momentos da prática pedagógica, ou seja, no ato de ensinar, nas lutas políticas, no planejamento, na organização pedagógica da escola, na gestão, na relação com a comunidade”, conforme Dourado (1998, p.90).

Para Grosbaun (2001, p.19) a concepção de ensino aprendizagem está fundamentada no sociointeracionismo, o qual entende que nos tornamos sujeitos humanos somente com a interação com outros seres humanos. Assim, a Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz, compreende que o conhecimento é construído nessa interação do sujeito com o meio social e esta escola tem papel central na

promoção da construção desse conhecimento, garantindo o saber sistematizado necessário ao exercício da cidadania plena.

É sob esse olhar que a escola alicerça seu trabalho pedagógico, formando o ser humano, além do processo tradicional, buscando assumir uma dimensão maior e essencial em trabalhar com as crianças e adolescentes os aspectos relacionados à afetividade, à formação da cidadania, ética, sexualidade e moralidade; buscando interferir no processo histórico de forma positiva e na vida de todo o alunado, fazendo cumprir o seu papel na sociedade em que está inserida.

Há entre os profissionais da educação um discurso sobre a baixa qualidade da educação brasileira de um modo geral, mas é preciso que a escola contribua para desenvolver no alunado as capacidades necessárias ao exercício da cidadania com liberdade. A compreensão do conceito do que vem a ser qualidade da educação deve se dar de forma ampla, já que são amplos os elementos a serem considerados ao identificá-lo ou mensurá-lo. O processo educativo, que é um fenômeno complexo, é uma das práticas sociais mais importantes para a humanidade e não poderia deixar de sê-lo para a Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz que estabelece assim suas finalidades:

- Promover o acesso ao uso das novas tecnologias, pois se vive em tempos de extrema utilização dos mecanismos que facilitam a apreensão de informações, ficando a instituição escolar com a incumbência de estimular os processos de transformação destas informações em conhecimentos. Dourado (2010, p.10) afirma que “é necessário dotar as escolas com suporte tecnológico que permita transmitir aos educandos novas habilidades na aquisição de informações e conhecimento.” Nessa perspectiva, entende-se que o trabalho pedagógico ao envolver as novas tecnologias promove a diminuição das desigualdades sociais, trazendo equidade para a vida dos educandos, pois contribui para que eles tenham igualdade de oportunidades.
- Garantir o direito à formação global, considerando as dimensões crítica, social, ética, ambiental e cognitiva, possibilitando ao educando conhecer e intervir em sua realidade social.
- Efetivar condições e possibilidades de acompanhamento e participação dos pais, responsáveis e comunidade em geral no processo educacional. Mesmo enfrentando problemas inerentes ao desenvolvimento dessa prática, a escola tem avançado no sentido de trazer a comunidade escolar a uma maior participação nas

decisões, seja em reuniões de pais e mestres, conselhos, assembleias, apresentações de projetos, participação na reelaboração do PPP, fazendo com que a gestão assuma características de democracia necessária ao crescimento da mesma. Essa concepção fundamenta-se no que diz Dourado (2010, p.07) que “a visão dos agentes escolares e da comunidade sobre o papel e as finalidades da escola e do trabalho nela desenvolvido” reflete em seu conceito de qualidade. Entendemos que fortalecendo as instâncias de participação, fortalece-se a escola que passa a ter as características e desejos dos seus usuários que, tendo motivos para escolhê-la como instituição a qual confiam seus filhos, possam ainda contribuir para estabelecer uma escola de qualidade.

- Oferecer boas condições de trabalho e formação a professores e funcionários sendo que Dourado (2010, p.07) diz que “a qualidade da escola implica a existência de insumos indispensáveis, de condições de trabalho e de pessoal valorizado, motivado e engajado no processo educativo.” Entretanto, embora muitos esforços estejam sendo empregados para atingir padrões mínimos de qualidade, ainda não dispomos das condições necessárias para um trabalho pedagógico eficaz.

Apesar do exposto, a escola vem melhorando os resultados das avaliações sistêmicas, como o SIMAVE que também tem seus resultados vinculados ao conceito de qualidade.

De modo geral, a Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz tem buscado definir e implementar uma educação de qualidade que dê mais ênfase ao processo que ao produto, certos de que os frutos colhidos dependerão desta visão de que o ser humano em formação apresenta-se em sua totalidade e não em partes, organizando assim seu trabalho escolar de modo a atingir estas finalidades.

2 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional de uma escola compreende dois tipos básicos de estruturas: a administrativa e a pedagógica. Apesar de assim serem organizadas, muitas vezes uma perpassa o campo de atuação da outra, o que não é prejudicial já que, apesar de distintas elas se complementam.

Não se pode falar em qualidade da educação sem se pensar em estrutura organizacional, já que a forma como a escola se organiza é fundamental à consecução do fim que se pretende atingir. Dessa forma, pode-se inferir que se a escola preza pela qualidade ela deve ter coerência em sua forma de organizar-se administrativa e pedagogicamente para atingir os objetivos educacionais pelos quais ela trabalha.

2.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA

A Escola Municipal Cel. Melvino Ferraz tem um bom padrão de construção em alvenaria, porém como o prédio é muito antigo, não atende às demandas de sua atual clientela. O prédio construído para atender cento e cinquenta alunos, atende hoje a mil e cem e, apesar de ter vários dos seus espaços ampliados, alguns como os banheiros, continuam da mesma forma e com a mesma capacidade.

As instalações elétricas também são inadequadas, visto que na época de sua construção a escola não contava com a quantidade de eletroeletrônicos e iluminação que hoje são necessários ao seu funcionamento. A escola é toda murada, porém os muros são baixos, não estão em bom estado de conservação, apresentando-se sujos, sem pintura, além de não possuir cobertura que proteja alunos e pais das intempéries enquanto aguardam para entrar.

O espaço físico da secretaria não atende às demandas da escola, por isso parte da documentação da escola está distribuída em outros locais dentro da instituição. A secretaria possui dois computadores, armário de aço, sete escaninhos, quatro mesas, duas impressoras e um projetor multimídia.

A infraestrutura da Biblioteca também está inadequada para o funcionamento de atividades extraclasse, por não comportar nem mesmo uma turma completa por vez adequadamente e, além disso, o acervo é bem restrito com um número aproximado de trezentos e cinquenta exemplares em estado aceitável para utilização.

A sala de professores, com apenas um sanitário, é pequena e sem ventilação, obrigando os mesmos a guardarem seus materiais em outras instalações. O pátio é amplo, mas não é adequado ao número crescente de alunos. Atualmente é

insuficiente tanto para atividades recreativas quanto para as apresentações dos trabalhos desenvolvidos.

O refeitório não apresenta espaço nem condições ideais para alunos do ensino regular. Contudo, atende satisfatoriamente os alunos que permanecem na escola em tempo integral que são cento e cinquenta. A cozinha atende aos padrões de higiene e salubridade. Os alimentos são armazenados em almoxarifados supervisionados pela nutricionista do Município. A cozinha é composta por um fogão industrial, um forno industrial, uma geladeira, dois freezers, duas pias e uma despensa. No refeitório há uma bancada de *self service* em inox, um bebedouro que fornece água gelada. Ele conta ainda, com dez mesas e vinte bancos onde são servidas as refeições dos alunos do tempo integral e dos anos finais do ensino regular, sendo que os alunos dos anos iniciais recebem o lanche e voltam para a sala de aula para fazerem a refeição devido à falta de espaço. A merenda oferecida aos educandos é de boa qualidade, sendo que o cardápio escolar é elaborado por uma nutricionista que agrega ao mesmo produtos regionais frescos adquiridos através da agricultura familiar. Os recursos para obtê-la vêm através do Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE que através da Resolução 38/2010 define as formas de utilização dos recursos define também que 30% destes devem ser destinados às compras da agricultura familiar.

Além dos recursos destinados à aquisição da alimentação a escola recebe ainda, recursos financeiros do FNDE que são: PDDE- Programa Dinheiro Direto na Escola e o PDE- Programa de Desenvolvimento da Educação direto no Caixa Escolar Walmir Almeida Costa. Esses recursos destinam-se à aquisição de mobiliário, equipamentos, manutenção, ampliação, construção, bem como compras de materiais de consumo. A aplicação destes recursos é norteadas pelas disposições contidas no Decreto Estadual nº 45 085/09 e a Resolução de SEE nº 2245 de dezembro de 2012. Além disso, os profissionais da educação, Colegiado e Conselho Fiscal são consultados sobre as necessidades da escola, fazendo com que o recurso seja utilizado da maneira para a qual foi destinado.

A escola possui ainda um laboratório de informática com acesso à internet com vinte computadores funcionando satisfatoriamente, proporcionando a execução de práticas de informática. A escola também dispõe de cem net books para o trabalho com os alunos do tempo integral.

As dezenove salas de aula da escola oferecem boas condições de iluminação e ventilação, mas existem algumas que precisam ser reformadas, pois a pintura já está bastante desgastada.

O espaço para a prática de Educação Física é cedido pelo Município e por uma escola estadual vizinha em quadras que não pertencem à escola, ambas localizadas em ambientes onde há necessidade de deslocamento dos alunos que o realizam caminhado duas vezes por semana.

O corpo docente da escola é formado por profissionais com formação superior que trabalham utilizando os seguintes equipamentos: quadro negro, giz, um data show, dois televisores, três aparelho de DVD, jogos, recursos audiovisuais, livros didáticos, vinte micro sistemas, um note book, etc.

O quadro de pessoal é composto da seguinte forma:

Anos iniciais do Ensino Fundamental			
Ano	Turmas	Nº de Profissionais	Formação
1º	05	05	Superior Completo
2º	04	04	Superior Completo
3º	03	03	Superior Completo
4º	05	05	Superior Completo
5º	05	05	Superior Completo
Total	22	22	-

Anos Finais do Ensino Fundamental			
Ano	Turmas	Nº de Profissionais	Formação
6º	04	06	Superior Completo
7º	03	06	Superior Completo
8º	02	04	Superior Completo
9º	02	04	Superior Completo
Total	11	20	

Educação Integral			
Ano	Turmas	Nº de Profissionais	Formação
Serviçais	Mat/vesp.	02	Superior Completo
Monitores	Mat/vesp.	06	Superior Completo
Professores	Mat/vesp.	06	Superior Completo
Supervisores	Mat/vesp.	04	Superior Completo
Coordenador	Mat/vesp.	01	Superior Completo

Demais Servidores			
-------------------	--	--	--

Função	Turno	Nº de Profissionais	Formação
Serviçais	Mat/vesp.	16	Ens. Fund. Incompleto
ATB	Mat/vesp.	02	Superior Completo
Vice diretor	Mat/vesp.	02	Superior Completo
Supervisores	Mat/vesp.	04	Superior Completo
Bibliotecárias	Mat/vesp.	02	Superior Completo
Eventuais	Mat/vesp.	02	Superior Completo

2.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA

No ano de 1998 a escola, mesmo em um contexto de muitas manifestações contrárias por parte de pais e professores, passou a fazer parte da rede municipal de ensino. A municipalização ocorreu em face do exposto na LDB 9394/96 que em seu capítulo 11, inciso V esclarece que os municípios incumbir-se-ão de oferecer prioritariamente o ensino Fundamental. Por não haver sistema de ensino próprio, ela continuou a seguir os parâmetros estabelecidos para as escolas da rede estadual.

A escola oferece Educação Fundamental e desde 2006 pelo Parecer 18/2005 deu a possibilidade aos alunos de seis anos ingressarem nos anos iniciais do ensino fundamental após terem sido devidamente cadastrados conforme sugere a LDB Art. 5º - §1º inciso I que o poder público, na esfera de sua competência, deverá recensear as crianças e adolescentes em idade escolar. Os alunos que, por ventura, não forem cadastrados gozam do mesmo direito público e subjetivo de ingressar na escola desde que devidamente presente a documentação exigida.

Os alunos são enturmados pela equipe gestora em conjunto com a pedagógica, utilizando como principal critério a idade do aluno. O número máximo de alunos por turma é de trinta e cinco, mas nenhuma turma dos anos iniciais está com este número, já que a escola entende que nos anos iniciais da alfabetização é preciso reduzir este número para poder atender melhor o alunado. A escola utiliza a prática de agrupamentos temporários por tempo preestabelecido onde os alunos com maiores dificuldades ficam agrupados em uma mesma sala e após terem suas dificuldades superadas retornam à sua sala de origem para prosseguir em seus estudos. Este procedimento se aplica prioritariamente aos alunos com deficiência no processo de alfabetização, visto que a Resolução 2197 em seu artigo 60º “Considera que o processo de alfabetização e o zelo pelo letramento são a base de sustentação para o prosseguimento de estudos com sucesso”.

As reuniões para planejamento ocorrem a cada início do ano letivo e após esta data, acontecem semanalmente às segundas feiras, extra turno, às 18:00 horas. Durante esses encontros são repassados recados referentes ao trabalho escolar, decisões são tomadas em conjunto para resolver questões que permeiam o ambiente escolar, são feitas algumas reuniões de pais, preferencialmente aqueles que moram na zona urbana sendo que para os pais oriundos da zona rural as reuniões são realizadas no início do turno de trabalho.

A comunidade escolar reúne apenas uma vez ao ano para atualizar o Projeto Político Pedagógico, tomar conhecimento dos resultados das Avaliações Sistêmicas e saber quais estratégias serão adotadas no PIP- Programa de Intervenção Pedagógica. Devido o grande número de alunos e pela falta de espaço para receber os pais a maioria das decisões é tomada pelo Colegiado Escolar que mesmo tendo representantes de todos os segmentos da comunidade ainda é um número pequeno. O desejo da comunidade escolar é que haja assembleias onde todos possam participar, opinando e propondo sobre o que consideram importante para a melhoria da qualidade da educação ofertada pela instituição escolar.

3 – CURRÍCULO

O currículo da Escola Municipal Cel. Melvino Ferraz é elaborado pela Secretaria Municipal de Educação em conformidade com as orientações dadas pela Superintendência Regional de Ensino. Dia após dia, tem-se buscado a superação, pois de acordo com Lopes (2006), é preciso superar modelos verticalizados das relações entre Estado e escolas, que reservam a estas, papel subordinado de implementação dos currículos organizados sem a participação da mesma.

O calendário escolar é elaborado com a participação da comunidade escolar, que é responsável por verificar o cumprimento dos dias letivos estabelecidos em lei e também propor os dias para culminância de projetos, estudos orientados, reuniões pedagógicas, conselhos de classe, dias letivos e dias escolares.

Considera-se como dia letivo aquele em que professores e alunos

desenvolvem juntos atividades de aprendizagem, independentemente do local onde sejam realizadas e dia escolar aquele no qual são realizadas atividades de caráter pedagógico e/ou administrativo, com a presença obrigatória apenas do pessoal docente, técnico e administrativo.

As atividades escolares realizadas na sala de aula e outros ambientes educativos, para trabalhos teóricos e práticos, necessários à plenitude da ação formadora, serão obrigatórios para todos os alunos com o efetivo registro da frequência do aluno e efetiva orientação do pessoal habilitado.

As aulas previstas no calendário escolar podem ser suspensas somente em decorrência de situações que justifiquem tal medida, ficando sujeitas a compensação do dia letivo e da carga horária correspondente, em comunicação imediata à Superintendência Regional de Ensino através de ofício, assinado pelo diretor e aprovado pelo colegiado.

O tempo escolar é de quatro horas e vinte minutos para os anos iniciais e quatro horas e meia para os anos finais do ensino fundamental, totalizando duzentos dias letivos onde o professor com sua criatividade e seus objetivos, divide a rotina da criança e adolescente em trabalhos dentro e fora da sala de aula. A apuração da frequência deve ser realizada em cada período e/ou ano letivo, observando o disposto na lei n.º 9394/96 e nos pareceres CEE/ MG n.º 1.132/97 e 1.158/99 em que está estabelecido que o aluno deve, obrigatoriamente, participar em pelo menos 75% do total da carga horária prevista. Os alunos que não atingirem esta meta serão reclassificados de modo que eles não tenham prejuízos de aprendizagem.

A escola busca articular o processo da construção do conhecimento, a partir das atividades propostas em Português, Matemática, Geografia, História, Ciências, Artes, Educação Religiosa, Educação Física, Vida Cidadã e Informática de forma interdisciplinar. Considerando a complexidade dos objetivos e a necessidade de sistematizá-los, a escola adota um sistema próprio de classificação e reclassificação conforme Parecer CEE nº 1132/97 de 21/11/1997 e Parecer CEE nº 1158/1998, desde que saiba precisar os níveis de desempenho dos alunos. Dessa forma os alunos que evadiram da escola há muito tempo tem a oportunidade de realizar avaliações que, se positivas, conferem aos mesmos o documento de conclusão dos anos iniciais do ensino fundamental.

Acreditamos que é preciso incluir no cotidiano das crianças a vivência de valores essenciais para a sobrevivência da comunidade, como cooperação, a justiça,

o respeito ao próximo e a avaliação do trabalho. E através dos conteúdos e das experiências, que a escola proporciona a construção da aprendizagem sistematizada, tida como desejáveis na formação das novas gerações, desenvolvendo os valores. Os conteúdos são importantes à medida que constituem quesito básico sobre o qual o aluno constrói e reestrutura o seu conhecimento.

As mudanças ocorridas na sociedade em que a escola está inserida colocam o currículo no centro do processo de ensino aprendizagem fazendo com que, mais que somente conteúdos, a serem ministrados o Currículo seja o orientador principal as práticas que garantirão a apreensão do conhecimento. Dessa forma, o currículo, deve levar em consideração a diversidade dos sujeitos com o qual a escola trabalha e, sobretudo, qual concepção de sociedade que se deseja formar.

A organização curricular estabelecida para a escola leva em consideração as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que em seu Artigo 26º estabelece que:

Os Currículos do Ensino Fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. .(BRASIL, 1996, p.11)

Dessa forma o currículo é composto dos conteúdos da Base Nacional Comum: Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Ciências, Artes (música), Educação Física e Educação Religiosa nos anos iniciais do Ensino Fundamental e Língua Portuguesa, Matemática (Geometria), Geografia (Educação Ambiental), História, Ciências, Educação Religiosa, Artes, Educação Física nos anos finais do Ensino Fundamental. Na parte diversificada, os conteúdos que vem sendo implantados são: Língua estrangeira Moderna – Inglês e Vida Cidadã. São também ofertadas aulas de Informática para os alunos dos anos finais como atividade complementar em outro turno e para os alunos da Educação Integral.

Os Temas Transversais relativos à saúde, à sexualidade, à vida familiar e social, direitos das crianças, adolescentes e idosos, educação ambiental, consumo, trânsito, higiene e alimentação estão incluídos e permeiam todo o currículo.

No ano de 2011 foi implantada a Educação Integral no nosso município. A mesma faz parte e está ligada às ações realizadas para apoiar, acolher e auxiliar os alunos com dificuldades no que tange ao ensino bem como, aqueles que necessitam

de ajuda no sentido afetivo e de valorização dos mesmos. A Educação Integral oferece oficinas variadas como: capoeira, dança, xadrez, futebol, informática, conto e acompanhamento pedagógico para aqueles com dificuldades de aprendizagem.

Com o objetivo de assegurar aos alunos um processo contínuo de aprendizagem, foi adotado na escola o sistema de ciclos. Ele amplia o tempo que os alunos têm para aprender possibilitando que esses tenham avanços sucessivos na apropriação dos conhecimentos. Assim, ao final de cada ano todos os alunos do Ciclo Inicial e Complementar de Alfabetização deverão ter os seguintes direitos de aprendizagem garantidos:

1º Ano:

- a) desenvolver atitudes e disposições favoráveis à leitura;
- b) conhecer os usos e funções sociais da escrita;
- c) compreender o princípio alfabético do sistema da escrita;
- d) ler e escrever palavras e sentenças.

2º Ano:

- a) ler e compreender pequenos textos;
- b) produzir pequenos textos escritos;
- c) fazer uso da leitura e da escrita nas práticas sociais.

3º Ano:

- a) ler e compreender textos mais extensos;
- b) localizar informações no texto;
- c) ler oralmente com fluência e expressividade;
- d) produzir frases e pequenos textos com correção ortográfica.

4º ano:

- a) produzir textos adequados a diferentes objetivos, destinatários e contextos;
- b) utilizar princípios e regras ortográficas e conhecer as exceções;
- c) utilizar as diferentes fontes de leitura para obter informações adequadas a diferentes objetivos e interesses;
- d) selecionar textos literários segundo seus interesses.

5º Ano

- a) produzir, com autonomia, textos com coerência de ideias, correção ortográfica e gramatical;
- b) ler, compreendendo o conteúdo dos textos, sejam informativos, literários, de comunicação ou outros.

Os Ciclos intermediário e de consolidação do Ensino Fundamental aprofundam as competências e habilidades adquiridos nos ciclos anteriores considerando os Conteúdos Básicos Comuns – CBC e devem garantir aos alunos os seguintes direitos de aprendizagem:

- ler, de maneira autônoma, textos de diferentes gêneros, construindo a compreensão global do texto, identificando informações explícitas e implícitas, produzindo inferências, reconhecendo as intenções do enunciador e sendo capazes de aderir ou recusar as ideias do autor;
- utilizar a linguagem oral da Língua Estrangeira moderna como instrumento de Interação sócio comunicativa;
- apreciar e analisar criticamente produções artísticas (artes visuais, dança, teatro e música), estabelecendo relações entre análise formal, contextualização, pensamento artístico e identidade cultural;
- reconhecer o potencial do esporte, dos jogos, das brincadeiras, da dança e da ginástica para o desenvolvimento de atitudes e de valores democráticos de solidariedade, respeito, autonomia, confiança, liderança;
- comparar, ordenar e operar com números naturais, inteiros, racionais, interpretando e resolvendo situações-problema;
- compreender a inter-relação dos seres vivos entre si e com o meio ambiente;
- compreender o processo de reprodução na evolução e diversidade das espécies, a sexualidade humana, métodos contraceptivos e doenças sexualmente transmissíveis;

- compreender o efeito das drogas e suas consequências no convívio social;
- compreender o processo de formação dos povos, suas lutas sociais e conquistas, guerras e revoluções, assim como cidadania e cultura no mundo contemporâneo;
- compreender as formações socioespaciais do campo e da cidade, sua relação com a modernização capitalista, bem como o papel do Estado e das classes sociais, a cultura e o consumo na interação entre o campo e a cidade;
- compreender a religiosidade como fenômeno próprio da vida e da história humana, desenvolvendo um espírito de fraternidade e tolerância em relação às diferentes religiões, refletir sobre os princípios éticos e morais, fundamentais para as relações humanas, orientados pelas religiões, e agir segundo esses princípios.

4 - TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz considera que há uma forte relação entre tempo e qualidade do trabalho educativo. Pensar sobre como o tempo é utilizado em benefício da aquisição de habilidades necessárias ao desempenho da cidadania, levando-se em consideração as especificidades e as condições culturais dos educandos é uma tarefa que deve ser constante no ambiente escolar.

O Calendário Escolar foi esboçado pela equipe da Secretaria Municipal de Educação, tendo com amparo legal a Resolução nº 2197 de 26 de outubro de 2012 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96. Em seguida ele foi enviado à escola para apreciação, análise e aprovação do Conselho Escolar. O documento estabelece duzentos dias letivos que totalizam oitocentas horas anuais de trabalho divididas em quatro bimestres e com uma jornada diária escolar de no mínimo quatro horas, assegurando a duração da semana letiva com cinco dias.

A escola adota o sistema de ciclos que pressupõe que toda aprendizagem não acontece por etapas e sim de forma cíclica, o que objetiva oferecer aos alunos oportunidades de aprendizagem que considerem o percurso escolar, único, realizado por cada um. Isso não significa que os alunos terão sua progressão de forma automática e sim de forma continuada.

Segundo Bertagna (2003, apud FREITAS, 2004) ,diz sobre isso que: “antes aprovava-se/reprovava-se ao final de cada série, agora se espera que a escola encontre diferentes formas de ensinar que assegurem a aprendizagem dos alunos e o seu progresso intra e inter-ciclos”.

Como já foi dito, a escola funciona nos turnos matutino e vespertino e os alunos do Ciclo Inicial de Alfabetização permanecem na escola por quatro horas e têm intervalo de recreio de vinte minutos que não são contabilizados na carga horária que ao final do ano somam oitocentas horas. Para os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental a carga horária diária é de quatro horas e dez minutos por dia, com cinco aulas de cinquenta minutos totalizando uma carga horária de oitocentas e trinta e três horas anuais.

Essa carga horária vem sendo aumentada desde o ano de 2010 com a adesão da escola ao Programa Mais Educação que amplia a carga horária dos cento e cinquenta alunos atendidos para sete horas e meia de permanência na escola e em ambientes externos onde acontecem as oficinas. O Programa Mais Educação, tem como objetivo ampliar a jornada escolar, com atividades que podem ser desenvolvidas dentro da escola ou, fora dela, em espaços distintos da cidade ou entorno dela de acordo com a Resolução 2197/12, art. 85, página 08. Tudo isso, por entender que a educação acontece em espaços variados e de variadas formas. Os alunos e professores têm férias no mês de janeiro e um recesso de duas semanas em julho.

Além dos dias estabelecidos no Calendário Escolar para Planejamento dos professores, eles ainda dispõem de quatro horas semanais para este fim. Duas horas são utilizadas em encontros que acontecem sempre às segundas-feiras a partir das 18:00 na própria escola e as outras duas horas utilizadas pelo professor para execução autônoma de suas tarefas de trabalho. Há também um tempo para as formações em serviço nos finais de semana, ou seja, em horários que não comprometam a carga horária de trabalho do professor e principalmente do aluno que tem o tempo escolar como um direito que não pode ser negado. Para isso os

professores recebem uma bolsa mensal de duzentos reais, cedida pelo governo federal.

O espaço escolar diz muito sobre o que se quer ensinar, pois a escola é espaço de aprendizagem. A sala de aula, a pequena biblioteca, o pátio, as áreas entre as salas, a diretoria, a sala de informática são também espaços de aprendizagem, pois neles acontecem pequenos saraus, momentos de leitura, apresentações, palestras, festas, reuniões de discussão sobre assuntos referentes à escola como um todo, exposição de trabalhos pelos corredores e apresentações durante o recreio. Tudo isso torna o espaço escolar estimulante para novas aprendizagens e diminuição das fronteiras existentes entre tempos e espaços escolares. É importante lembrar que a utilização desses espaços se dá de forma alternada em face do grande número de alunos atendidos.

Nesse sentido, o espaço escolar é sempre avaliado para assegurar condições necessárias para que todos aprendam, afinal é dentro dele que os alunos passam a maior parte do seu tempo. Enfim, a Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz tem se preocupado com a questão da estrutura física da mesma por compreender que todos os espaços físicos são também pedagógicos e com a questão do tempo, pois é nele que as aprendizagens acontecem. Organizar tempos e espaços para em uma perspectiva de aprendizagens amplas, interdisciplinares que promovam ações recíprocas entre as disciplinas melhorando a qualidade da ação de ensinar, é o foco do nosso trabalho.

5 – PROCESSOS DE DECISÃO

A administração escolar tem sido um campo de muitas transformações e análises, já que ele se constitui como mola propulsora das relações de convivência e aprendizagem existentes no âmbito escolar. A forma como os processos educacionais são geridos tem estreita relação com o alcance de metas e objetivos estabelecidos.

A gestão democrática estabelecida pela Constituição Federal e em seguida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional não está claramente conceituada, pois o que se tem é apenas a definição dos elementos básicos para sua consecução. Sabe-se, porém que, a gestão democrática:

é um processo político, através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto de ações voltadas ao desenvolvimento da escola. (SOUZA, 2010, p.01).

Na Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz a gestão democrática plena ainda não está estabelecida, pois algumas questões ainda não são decididas no interior da escola. A escolha de diretores é feita pelo gestor maior do município utilizando para isso, os critérios estabelecidos no Plano de Cargos e Carreira dos Servidores da Educação, Lei Municipal 1026 de maio de 2010, que em seu Artigo 23º estabelece que o cargo de diretor de escola seja exercido por servidor ocupante de função ou cargo das carreiras de Professor de Educação Básica e/ou especialista em Educação Básica.

As decisões de ordem administrativa e pedagógica são tomadas pela equipe gestora da escola: direção, supervisão e diretoria pedagógica em conformidade com as orientações da Secretaria Municipal que por não possuir sistema próprio, segue as instruções, da rede estadual para definir algumas questões como: calendário escolar, matrículas, registros da vida escolar e enturmação de alunos, registros da vida dos profissionais da educação, preenchimento de diários de classe, etc.

As questões de ordem financeira relacionadas ao recebimento dos recursos do FNDE: PDE e PDDE são decididas sempre com as sugestões de todos que trabalham na escola e também do Colegiado Escolar que propõem e sugerem as formas como os recursos devem ser utilizados observando as necessidades da escola e, sobretudo, do alunado. Nesse sentido, o diretor se torna o gestor das relações até que elas culminem em uma decisão que represente a vontade da maioria.

Algumas questões como designação de servidores e contratação dos mesmos, todas as compras que não estejam relacionadas aos recursos enviados pelo FNDE: PDE e PDDE são de competência da SME – Secretaria Municipal de Educação que tem funcionários designados para estas funções, mas que consultam sempre a equipe gestora da escola que se faz presente nesses momentos.

Para auxiliar a gestão da escola tornando-a mais democrática contamos com alguns instrumentos como: Conselho Escolar e Conselho de Classe. Ainda falta na escola alguns órgãos como Grêmio Estudantil e Associação de pais, mas

continuamos a lutar por mais espaços de participação em que todos possam contribuir para fortalecer as instâncias que já existem e implementar outras mais.

6 – RELAÇÕES DE TRABALHO

A escola é composta por um grupo de pessoas e, portanto, um grupo social e sociabilidade é condição para uma existência plena. Nesse sentido, é preciso buscar coletivamente um clima propício a relações de respeito, apoio e tolerância que objetive o crescimento deste grupo na busca por soluções dos problemas que são comuns a todos. Mas, nem sempre atuar em conjunto significa que não haja divergências de opiniões e pensamentos, afinal somos diferentes.

Cada pessoa que forma a comunidade escolar teve uma formação única, experiências familiares, formação de caráter e personalidade diferentes e, que acabam por influenciar a maneira como nos relacionamos com o outro. Não há como desvincular o ser humano de todo contexto em que ele vive, assim neste entrelaçamento entre o que vivemos e quem somos estabelecem-se as relações na Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz.

A relação entre professor e aluno é constantemente refletida em momentos em que os professores se reúnem. Eles falam das dificuldades enfrentadas diariamente, pois alguns alunos dizem simplesmente não estarem interessados nas aulas e que vem à escola por imposição dos pais ou do sistema que oferece uma bolsa pecuniária para os alunos que são frequentes nas aulas. Mas, este comportamento não é comum, visto que esses casos são esporádicos e expressivamente relatados pelos professores dos anos finais onde os alunos atingem a adolescência ficando mais difícil que o professor consiga vencer a batalha invisível travada entre o que ele oferece e o que os alunos desejam da escola dos nossos dias.

É claro, como dissemos anteriormente, que desencontros e divergências são atos comuns em qualquer relação que envolva seres humanos, mas ainda assim pode-se dizer que a relação entre professor e aluno na Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz ainda é considerada boa. Em se tratando da realidade atual de todo o mundo, os casos de atrito entre professor e aluno são exceções no processo pedagógico, principalmente porque os professores têm plena consciência de que, o sucesso do seu trabalho e conseqüentemente do aluno, está estreitamente relacionado ao tipo de relação existente entre eles. A base para um ambiente favorável ao desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem é o respeito.

Fritzen (1987, p. 73) afirma que “as relações interpessoais constituem a medula da vida”, assim quando há respeito entre professor e aluno os conflitos

podem ser resolvidos com mais eficiência. Valorizar as atitudes tomadas pelo aluno que demonstrem progresso no desenvolvimento de suas atitudes é um caminho a ser seguido e acaba por quebrar todo e qualquer complexo de inferioridade que possa haver nessa relação, pois somos iguais e o professor é também mediador da aprendizagem e ao mesmo tempo aprendiz.

A relação entre os professores é harmoniosa e quando há divergência elas são de opinião e não relacionada com a pessoa. Cultiva-se uma relação que traga a todos prazer e satisfação pois quando há agressão, ocorre o inverso disso, trazendo sensações de desconforto e mal estar. Os alunos também relacionam bem entre si. Casos de agressão física ou verbal não são uma constante no cotidiano escolar e quando eles ocorrem são geralmente gerados fora da escola e trazidos pelos alunos para dentro da instituição. Quando isso ocorre todos se esforçam para dirimir tais conflitos respeitando sempre a área de atuação de cada um, pois há situações de pouca gravidade que podem ser resolvidos pelos gestores, outras vezes é necessário a presença do Conselho Tutelar e, em casos extremos, pede-se suporte a Polícia Militar.

Cabe salientar que todos os casos e sua gravidade são expressos no Regimento Escolar, mas o que se busca é uma escola que acolha e que não exclua, dando oportunidade sempre ao aluno por considerá-lo um ser que está aprendendo não somente as letras mas, sobretudo, a ser cidadão.

No que se refere a relação do gestor com alunos, professores, pais e demais profissionais que trabalham na escola, pode-se dizer que ela é boa. De acordo com Cury (2001), a palavra gestão vem do verbo latino *gero, gessi, gestum, gerere* significa: “levar sobre si, carregar, gerar”. Isso significa que o gestor é responsável pelo bom desempenho das relações entre todos que compõem a escola. Sabe-se também que está não é uma tarefa simples e acaba por ser uma das maiores dificuldades, já que esta implica em gerenciar os conflitos dessa relação.

Nesse sentido busca-se uma relação que refute a imagem de um dirigente tecnocrático que apenas comanda seus subordinados, mas aquele que utiliza essa relação entre todos como meio eficaz para sua intervenção. Não se pode negar que existem especificidades hierárquicas no interior da escola, mas não se objetiva a perpetuação da diferença, mas a parceria entre todos, afinal gestão implica sempre a presença do outro.

Atuar em conjunto considerando a diversidade de pontos de vista deve ser sempre vista como uma ação que direciona o enriquecimento do grupo que tem a oportunidade de ampliar ou até mesmo mudar a forma como se vê as coisas. Espírito de trabalho coletivo, com diferenças que não se constituem entraves, é foco do trabalho e das relações existentes dentro do ambiente escolar.

7 – AVALIAÇÃO

A avaliação é uma das etapas mais importantes dentre os processos escolares, pois é através dela que obtemos os dados necessários à análise da qualidade do serviço educacional prestado pela escola. Esta concepção de avaliação é que permeia o ambiente escolar, já que nos últimos tempos temos caminhado para uma concepção de avaliação que busque subsídios para a melhoria e aperfeiçoamento da qualidade da nossa educação que é expressa através da consolidação da aprendizagem e formação do alunado.

De acordo com essa concepção, consideramos a avaliação como um instrumento de melhoria da educação à medida que ela identifica dificuldades e avanços para a partir daí, organizar as ações que darão aos alunos a oportunidade de, progredir nos estudos reafirmando o compromisso de ensinar cada vez mais e melhor.

A avaliação é algo que ocorre constantemente no cotidiano escolar, porém ela só ocorre de forma sistemática e organizada para os alunos que são avaliados desde o primeiro dia de aula pelo professor/supervisor/gestor como forma de direcionar o trabalho. O professor avalia o aluno de várias formas não utilizando somente avaliações escritas: as atitudes, as formas de interpretação, o caminho percorrido para concluir algo. Tudo é criteriosamente analisado na verificação dos avanços no processo de ensino aprendizagem dando à ela um caráter intencional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96 em seu Artigo 24º, Capítulo II, inciso V estabelece que a verificação do rendimento escolar deve observar os seguintes critérios:

- Avaliação contínua do desempenho do aluno com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, assim como dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.
- Possibilidade de avanço nos cursos e nas séries, mediante verificação da

aprendizagem.

- Aproveitamento dos estudos concluídos com êxito.

- Obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos. (BRASIL, 1996, p.24)

Isso nos leva a refletir que esta lei é totalmente contra o fracasso escolar. É preciso que o professor verifique constantemente os avanços e dificuldades, que avaliem e até mesmo reformulem sua forma de ensinar, pois esta mesma lei deixa claro em seu artigo 13º, inciso III, que compete a eles “zelar pela aprendizagem dos alunos”. (Brasil, 1996, p.08)

A Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz estimula e acompanha a avaliação global do aluno que deverá possibilitar:

– Permanentemente informação sobre o desempenho do aluno em relação aos objetivos do currículo em vigor;

– a prática de avaliação contínua e processual, garantindo-se os meios necessários para a recuperação do aluno em todos os níveis da educação básica;

– o fornecimento de dados para auto-avaliação da escola e informação à comunidade, quanto aos resultados do trabalho escolar, nos termos da legislação em vigor.

A avaliação da aprendizagem será compatível com a organização curricular por ano, com o princípio da progressão continuada e deverá ter as seguintes características:

– Servirá como item de reorientação do processo de aprendizagem do aluno;

– deverá ser articulada, a fim de promover o aluno à fase seguinte, com apoio do conselho de classe, da família e responsável pela parte pedagógica da escola.

Os instrumentos e situações de avaliações serão os mais variados: escritos, orais, trabalhos, provas, pesquisas individuais, em duplas ou em grupos. Todas as atividades de ensino podem ser utilizadas para avaliar. Os resultados das avaliações devem ser expressos em observações, escritas constituindo uma referência para o aluno e para sua família sobre o que o mesmo já consolidou e o que ainda deverá ser consolidado.

Os pais ou responsáveis serão bimestralmente informados sobre o desempenho do aluno através do diário do professor, fichas de desempenho e boletim onde serão registrados os progressos, dificuldades e recomendações

pedagógicas.

Os resultados da avaliação serão levados imediatamente ao conhecimento do aluno pelo professor onde serão analisados os progressos e dificuldades, seguidas por um momento de reflexão com o aluno dando a ele oportunidade de rever e refazer suas produções. Os alunos serão avaliados em cada disciplina e ao longo do processo, com apresentação periódica de resultados, de modo a permitir ao longo e ao final de cada ano letivo ou período, a apreciação do seu Desempenho pelo Conselho de Classe. Com base em avaliação realizada ao final de cada ano letivo, o conselho de Classe deverá recomendar à escola, dentre as alternativas curriculares oferecidas, a que melhor se adequar às características de cada aluno.

Em relação à avaliação não se pode exigir que todos os alunos desenvolvam as mesmas habilidades cognitivas a partir dos mesmos conteúdos e dentro do mesmo período de tempo. Ritmo, tempo, maneira de aprender são próprios de cada um, portanto, é necessário que o processo de avaliação seja capaz de distinguir as diferenças que se apresenta em classe e prover o professor de informações que lhe permitam a cada momento, conhecer as necessidades dos alunos e progressos já alcançados.

Para tanto utiliza-se nesta escola das orientações da Resolução da SEE nº 2197 de 21 de outubro de 2012 que em seu Artigo 7º resolve:

A análise dos resultados da avaliação interna da aprendizagem realizada pela Escola e os resultados do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública - SIMAVE-, constituído pelo Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica - PROEB -, pelo Programa de Avaliação da Alfabetização - PROALFA - e pelo Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar - PAAE - devem ser considerados para elaboração, anualmente, pela Escola, do Plano de Intervenção Pedagógica (PIP). (MINAS GERAIS, 2012, p.13).

Dessa forma a escola trabalha não somente com a avaliação interna, mas também com avaliações externas, sendo estas são as bases para a organização do que se pretende ensinar. Os alunos que por ventura não conseguem atingir o nível recomendável nas avaliações, recebem tratamento diferenciado, com novas oportunidades de aprenderem, dentro das possibilidades, para que eles possam prosseguir.

É dessa forma que o trabalho com avaliação é desenvolvido nesta instituição, permitindo que a equipe gestora tome decisões acertadas para alcançar a melhor

qualidade de ensino possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse documento é uma referência para organização do trabalho escolar, ou seja, tudo que faremos está explicitado neste documento que procura diminuir a distância entre o real e o ideal recuperando e direcionando nossas ações que muitas vezes se esvaem na correria do cotidiano escolar. Cabe ressaltar, que ele não é somente resultado das proposições legais, mas é o fruto do nosso compromisso com a sociedade e com a educação do nosso país.

Ao ser elaborado, o Projeto Político Pedagógico considerou a cultura local, o cotidiano dos alunos e de toda a comunidade para tornar-se algo que representa cada um deles. Cabe a escola agora continuar cumprindo sua função social de formação de cidadãos através do saber escolarizado, tornando-os aptos a construir sua própria linguagem, usar a informação e conhecimento como ferramentas para viver e conviver em um mundo em constante transformação.

Diante do exposto, fica claro que a sociedade atual anseia por participar das decisões relativas à escola que querem. O Projeto Político Pedagógico é a forma como esses desejos e anseios são expressos e como a escola pretende trabalhar para sanar as dificuldades existentes no cotidiano escolar. A participação na elaboração deste importante documento é um direito de pais, alunos e demais servidores da educação, sejam eles professores ou não, garantindo o princípio da gestão democrática do ensino público.

É claro que não existem soluções mágicas, é preciso desenvolver competências para enfrentar esses desafios envolvendo todos na dinâmica educativa, mas é para isso que serve o trabalho em equipe onde todos trabalham em espírito coletivo para um bem maior.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. 2010. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg> Acesso em 02/06/2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____, (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Conselho Nacional de Educação e a Gestão Democrática**. In: OLIVEIRA D. A. (org) Gestão democrática da educação. 3 ed. Rio de janeiro: Vozes. 2001.

_____. **O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola**. 2010. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 12/06/2013.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. 2010. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 12/06/2013.

_____. (Org.) **Financiamento da educação básica**. Campinas: Autores Associados; Goiânia: editora da UFG, 1999. Col. Polêmicas do nosso Tempo, v. 69.

ESCOLA DE GESTORES – MEC. **Território e Lugar: espaços da complexidade**. Disponível em <http//moodle3.mec.gov.br/ufmg> . Acesso em: 10/07/1013

_____. **Avaliação institucional: elementos para discussão**. Disponível em <http//moodle3.mec.gov.br/ufmg> . Acesso em: 10/07/1013

_____. **Avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e gestão escolar: a síntese necessária**. Disponível em <http//moodle3.mec.gov.br/ufmg> . Acesso em: 22/07/2013

FREITAS, Luiz Carlos de. **CICLO OU SÉRIES? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola?** GT 13 - 27ª Reunião Anual da ANPED, 2004. Disponível em: <www.anped.org.br>. Acesso em: 20/06/2013

FRITZEN, Silvino José. **Relações Humanas Interpessoais**. Petrópoles, RJ: Vozes, 1987.

GONÇALVES, Jussara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão escolar e o processo de tomada de decisão**. Disponível em: <<http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias>>. Acesso em: 13/08/2013

GROSBAUN, Marta Wolak. **Progestão : Como promover o sucesso da aprendizagem do aluno e sua permanência na escola?** Módulo IV - Brasília: Consed -Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

LOPES, Alice Casimiro. **Discursos nas políticas de Currículo**. Currículo sem Fronteiras. v. 6, n. 2, pp. 33-52, jul/dez 2006. Disponível em: <<http://www.org.curriculosemfronteiras/vol6iss2articles/lopes.pdf>> Acesso em: 10/06/2013

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado da Educação. Resolução nº 2.197, de 26 de outubro de 2012. **Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais**.

_____, Secretaria de Estado da Educação. Resolução nº 2.245, de 28 de dezembro de 2012. **Dispõe sobre a transferência, utilização e prestação de contas de recursos financeiros repassados às caixas escolares vinculadas às unidades estaduais de ensino**.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa**. 2010. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em: 10/06/2013.

_____. **Propostas curriculares alternativas: limites e avanços** - 2010. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em: 18/06/2013

NAVARRO, Ignez Pinto (et al.). **Avaliação: o processo e o produto** - 2010. Disponível em <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>> . Acesso em: 04/06/2013

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-**

pedagógico (PPP) da escola. 2010. Disponível em <moodle3.mec.gov.br/ufmg> . Acesso em 02/06/2013.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al). **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola.** Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 02/06/2013.

_____. **Avaliação institucional:: A avaliação da escola como instituição.** 2010. Disponível em <http//moodle3.mec.gov.br/ufmg> . Acesso em: 08/06/2013